



**CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE GRÂNDOLA**

# **Plano de Desenvolvimento Social de Grândola**

**2017-2020**

**Rede Social de Grândola**

**Plenário de CLAS 28. Novembro.2016**





CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE GRÂNDOLA

## **Ficha Técnica**

### **Título**

Plano de Desenvolvimento Social de Grândola

2017-2020

Conselho Local de Ação Social de Grândola

### **Edição**

Câmara Municipal de Grândola

Conselho Local de Ação Social de Grândola

### **Elaboração e Colaboração**

Núcleo Executivo do CLAS de Grândola

Secretariado Técnico da Rede Social de Grândola





## Rede Social de Grândola

### Parceiros do Conselho Local de Ação Social de Grândola

'A PONTE Comunidade Residencial de Apoio a Toxicodependentes  
Agrupamento de Escolas de Grândola  
Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Cadoços  
Associação de Bombeiros Voluntários de Grândola  
Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano - ADL  
Associação de Empresários do Alentejo Litoral  
Associação de Intervenção Social de Grândola - AISGRA  
Associação de Solidariedade Social de Sta. Margarida da Serra 'A Flor da Serra'  
Associação Sócio Cultural da Aldeia Nova de S. Lourenço, Canal Caveira  
Associação para o Desenvolvimento do Torrão /CAFAP  
Associação Remédios do Riso  
Câmara Municipal de Grândola  
Casa do Povo de Azinheira dos Barros  
Casa do Povo de Melides  
Centro de Saúde de Grândola  
Centro Social do Carvalhal  
Cercigrândola  
Coletividade Sócio Cultural Barrense  
Creche e Jardim de Infância de Grândola  
Destacamento Territorial da GNR de Grândola  
Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais  
Direção Regional do Alentejo do IPDJ  
Escola Profissional e Desenvolvimento Rural de Grândola – EPDRG  
Equipa de Tratamento do Alentejo Litoral  
Fundação Padre Américo  
Aberta Nova Sociedade Agro-Florestal S.A.  
Fundação Herdade da Comporta  
IEFP, IP - Centro de Emprego e Formação Profissional do Alentejo Litoral  
ISS,IP - Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal  
Junta de Freguesia de Azinheira dos Barros  
Junta de Freguesia do Carvalhal  
Junta de Freguesia de Grândola e Sta. Margarida da Serra  
Junta de Freguesia de Melides  
Physical Voice – Gabinetes Terapêuticos, Lda.  
Sociedade Musical Fraternidade Operária Grandolense - SMFOG  
Sta. Casa da Misericórdia de Grândola  
UDIPSS de Setúbal  
Universidade Aberta - CLA Grândola  
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano



## Siglas

AAEL	Associação de Apoio ao Empresário do Litoral Alentejano
ADL	Associação de Desenvolvimento do Alentejo Litoral
ACISTDS	Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal
ADRAL	Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
AEG	Agrupamento de Escolas de Grândola
AISGRA	Associação de Intervenção Social de Grândola
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CCA	Circuitos Curtos Agroalimentares
CDSS-Setúbal	Centro Distrital Segurança Social – Setúbal
CEI	Contrato Emprego Inserção
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CIMAL	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CLA UAb	Centro Local de Aprendizagem Universidade Aberta
CMG	Câmara Municipal de Grândola
CMI	Cartão Municipal do Idoso
CP	Casa Povo
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CQ	Centro Qualifica
CS	Centro Social
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DLD	Desempregado de Longa Duração
DO	Divisão de Obras
EFA	Educação e Formação de Adultos
EPAT	Equipa Prestadora de Apoio Técnico
EPDRG	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola
EPVA	Equipa para Prevenção da Violência em Adultos
FEAC	Fundo Europeu de Auxílio a Carenciados
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FHC	Fundação Herdade da Comporta
FSE	Fundo Social Europeu
GAMA	Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
GNR	Guarda Nacional Republicana
GTQPIDD	Grupo de Trabalho para as Questões da Pessoa Idosa, Dependente e Deficiente
HLA	Hospital do Litoral Alentejano
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IP	Intervenção Precoce
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social

NE	Núcleo Executivo
NLI	Núcleo Local de Inserção
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais
PAECPE	Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego
PDM	Plano Diretor Municipal
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PDS-PSCAL	Plano de Desenvolvimento Social - Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral
PEDAL	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alentejo Litoral
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
POCH	Programa Operacional Capital Humano
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PORA	Plano Operacional Regional Alentejo
RAMPA	Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade
RIVDAL	Rede Integrada de Resposta à Violência Doméstica do Alentejo Litoral
RSI	Rendimento Social de Inserção
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SDET	Setor de Desenvolvimento Económico e Turismo
SIREVE	Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial
TIC	Tecnologias da informação e comunicação
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UMSAS	Unidade Móvel de Saúde e Apoio Social



## Índice

---

▪ Nota Prévia	7
▪ O Plano de Desenvolvimento Social: Uma Estratégia a 4 Anos	8
▪ Metodologia	10
▪ Eixos de Desenvolvimento Social de Grândola	11
▪ Articulação do PDS com outros Instrumentos de Planeamento	25
▪ Monitorização e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social	32
▪ Considerações Finais	33
▪ ANEXOS	34



## **Nota Prévia**

Com o Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020 o concelho de Grândola inicia um novo ciclo de planeamento social.

Ao assumir-se como um instrumento de definição conjunta de prioridades, o Plano de Desenvolvimento Social visa servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social local.

Pretende-se, portanto, através do PDS, definir o caminho a seguir e os objetivos a atingir no espaço temporal em referência, numa lógica de atenuar ou suprimir as necessidades e os problemas identificados utilizando de forma articulada e planeada os recursos e potencialidades locais, fomentando-se a solidariedade social e otimizando a capacidade de resposta das diferentes entidades.

Este documento apresenta-se estruturado de forma simples, procedendo-se inicialmente a um breve enquadramento e explanando a metodologia utilizada na elaboração do PDS de Grândola. Seguidamente é apresentada a visão estratégica concelhia do Plano de Desenvolvimento Social, que identifica os eixos prioritários de intervenção, os correspondentes objetivos gerais e objetivos específicos. Uma vez que o processo de planeamento local privilegia a convergência e a complementaridade com outros documentos estratégicos territoriais, é analisada a questão do alinhamento estratégico do PDS com os demais instrumentos de planeamento, nomeadamente o quadro de medidas 2020 (Estratégia 2020 - Portugal, Alentejo). Para finalizar, é apresentado o modelo de avaliação deste plano, um procedimento que se afigura de extrema importância, proporcionando um acompanhamento sistemático e estruturado do trabalho desenvolvido pela Rede Social de Grândola, de modo a compreender o impacto da sua atividade ao nível do desenvolvimento social local.

O expectável é que o Plano de Desenvolvimento Social de Grândola, enquanto plataforma de convergência de sinergias e de concertação de objetivos e ações, seja um instrumento decisivo e orientador de políticas e medidas, que conduza às mudanças pretendidas e apontadas como prioritárias, na promoção do desenvolvimento social no concelho de Grândola.

## **Plano de Desenvolvimento Social de Grândola: Uma Estratégia a 4 Anos**

A sociedade, não sendo algo estanque, reinventa-se e remodela-se face às mais diversas alterações conjunturais que podem, eventualmente, agravar problemas sociais existentes e originar novas realidades que condicionem as circunstâncias de vida dos indivíduos. Neste sentido, espera-se que a ação das entidades promova a resolução de dificuldades, o que deverá acontecer, numa primeira instância, numa perspetiva territorializada de intervenção, pois é no local que os problemas acontecem e nele deverão ser encontradas as soluções para os resolver, de forma integrada e ajustada às necessidades e aos problemas dos indivíduos, envolvendo todas as entidades que atuam na comunidade.

É neste âmbito que a Rede Social, entendida como um fórum de articulação e congregação de esforços, pressupõe um conceito de trabalho baseado numa efetiva parceria, constituindo uma plataforma de desenvolvimento de objetivos estratégicos partilhados para um território, mobilizando e reunindo recursos e sinergias locais para a resolução de problemas inerentes.

Pretende-se, deste modo, fortalecer dinâmicas de cooperação existentes entre os parceiros para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão promovendo o desenvolvimento social local, através de um diagnóstico dos problemas locais e do planeamento estratégico participado, consolidado em diversos instrumentos de trabalho: o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação.

Nesse sentido, é importante que os instrumentos de trabalho da Rede Social estejam atualizados de forma a refletir as necessidades da população e concomitantemente assegurem o pragmatismo da sua ação, em virtude de eventualmente perante o diversificado conjunto de problemas diagnosticados se tornar impossível uma resposta plena.

O Diagnóstico Social de Grândola é um instrumento relevante para a definição de prioridades e linhas estratégicas de intervenção local. Permite a compreensão da realidade social, incluindo a identificação das necessidades, das problemáticas prioritárias, bem como dos recursos e das potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento.

Após a elaboração da atualização do Diagnóstico Social concelhio que permitiu obter uma visão da condição social, económica e ambiental do território, procedeu-se à elaboração do documento subsequente, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), que define as linhas estratégicas de atuação social no território para o período 2017-2020.

O Plano de Desenvolvimento Social é o instrumento no qual se concebe e desenvolve o quadro estratégico de intervenção e desenvolvimento social do concelho, onde se definem os objetivos e as medidas de atuação capazes de responder às necessidades e aos problemas detetados no Diagnóstico Social, fruto das rápidas transformações que ocorrem nas sociedades modernas.

O presente PDS tem a ambição de não ser apenas um documento, mas um projeto comum de mudança, elaborado e assumido pelos parceiros locais para o desenvolvimento social estratégico, com vista à promoção da inclusão e prevendo um processo dinâmico para o desenvolvimento coerente e qualificado de todo o concelho.

O PDS vai operacionalizar-se através de Planos de Ação anuais, a elaborar posteriormente, nos quais se definirão as ações a desenvolver, com vista à prossecução dos objetivos estabelecidos e as entidades responsáveis a envolver.

Em termos gerais, o PDS deve traçar o retrato de uma situação social desejável, mas também realista, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação.

## Metodologia

O Plano de Desenvolvimento Social fundamenta-se na Atualização do Diagnóstico Social que reproduz a realidade socioeconómica do município e no conhecimento empírico partilhado entre os diferentes intervenientes sociais.

Na elaboração do PDS 2017-2020, para além do evidente recurso aos dados constantes na Atualização do Diagnóstico Social, houve a preocupação de produzir um documento suportado numa metodologia de trabalho participativa da parceria, tendo-se para o efeito dinamizado grupos de trabalho, que permitiram a recolha, quer de informações qualitativas quer de informações quantitativas.

A metodologia adotada permitiu, num espaço de partilha, reflexão e interação, entre todos os parceiros, identificar problemas e recursos<sup>1</sup>, obter uma análise pormenorizada das necessidades, bem como o debate de perspetivas e a definição de prioridades de intervenção.

Deste modo, após a enunciação dos problemas por Eixos (identificados aquando da atualização do Diagnóstico Social), procedeu-se numa fase seguinte ao estabelecimento das prioridades de resolução dos referidos problemas, sendo utilizada para o efeito a Grelha de Prioridades<sup>2</sup>. Este método consiste em analisar todos os problemas que constituem cada problemática, tendo em conta dois critérios: a sua gravidade e dificuldade de resolução, constituindo-se, por fim, como prioridade de intervenção, os problemas que tenham o mais alto grau de gravidade e uma menor dificuldade de resolução.

Da dinâmica desenvolvida com os parceiros surgiram quatro eixos estruturais como forma de organização e de sistematização da informação que permitiram delinear as linhas orientadoras do PDS 2017-2020.

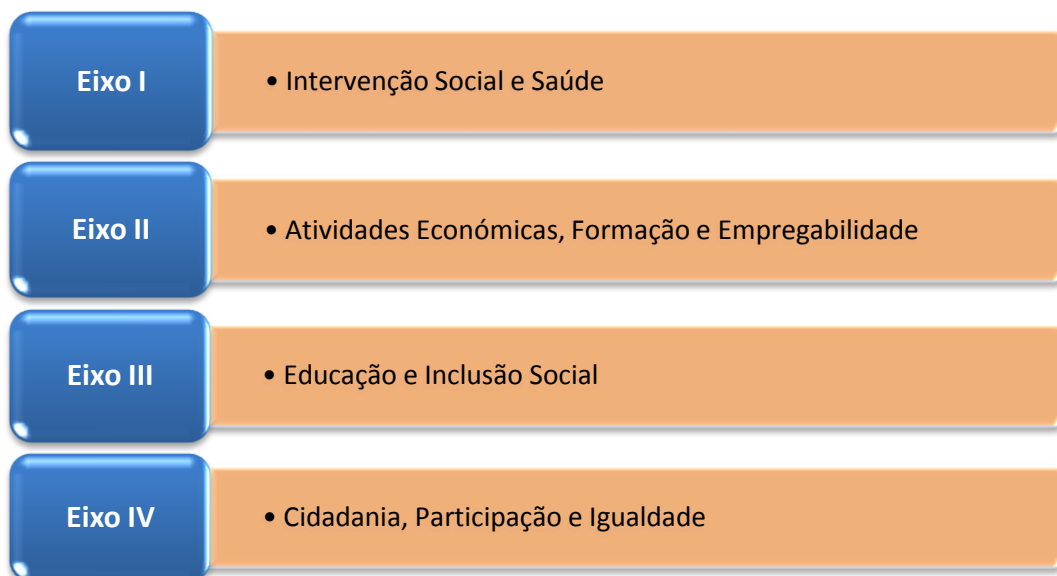
---

<sup>1</sup> Anexo I – Tabela 1

<sup>2</sup> Anexo I – Tabela 2



## Eixos de Desenvolvimento Social de Grândola



Estes são os quatro domínios em que o PDS 2017-2020 de Grândola pretende intervir de forma estratégica.

Pretende-se, agora, observar cada um dos eixos de desenvolvimento definidos para uma estratégia a 4 anos. Por conseguinte importa, para cada domínio prioritário, identificar os objetivos gerais, os objetivos específicos e a própria estratégia a adotar com o Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020.

Deste modo, cada um dos eixos apresentados irá ser desenvolvido a partir de alguns campos que permitem uma planificação sustentada e com objetivos claramente definidos.

Todos os eixos serão operacionalizados tendo em conta:

- (i) Os objetivos gerais;
- (ii) Os objetivos específicos;
- (iii) As medidas e metas associadas a cada objetivo específico;

A partir dos elementos elencados serão executados os Planos de Ação, definindo as ações a incrementar anualmente, para alcançar os objetivos propostos.

Resumidamente, o PDS 2017-2020 na sua visão estratégica contempla 4 Eixos, 12 Objetivos Gerais e 50 Objetivos Específicos, identificando os respetivos indicadores e entidades responsáveis.

EIXO I

INTERVENÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
<b>EI OG1.</b> Reforçar as respostas e serviços dirigidos à população idosa e/ou dependente	<b>Ob Esp 1.</b> Complementar a oferta de cuidados em SAD com reforço de profissionais da área da reabilitação e da psicologia	Contratação	1 Parceria entre as IPSS 2 Técnicos (psicologia e reabilitação)	IPSS	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 2.</b> Reforçar o acompanhamento aos idosos, em situação de isolamento, abandono, negligência ou maus tratos	Núcleo de Idosos em Segurança GTQPIDD Unidade Móvel de Saúde a Apoio Social	Visitas mensais aos idosos identificados em situação de maior vulnerabilidade Criação de Plataforma partilhada entre instituições	CMG – DCDS GNR - Núcleo de Idosos em Segurança IPSS e equiparadas UCC Serra e Mar	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 3.</b> Assegurar o apoio a idosos e dependentes em pequenas reparações nos domicílios	Grândola Solidária	90% dos requerimentos deferidos com reparações executadas	CMG – DCDS	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 4.</b> Promover o acesso ao CMI junto da população idosa	Cartão Municipal do Idoso	80% dos titulares do Cartão Municipal do Idoso a usufruir de apoio	CMG – DCDS	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 5.</b> Sensibilizar a comunidade para as questões do abandono, negligência e maus tratos nos idosos	Programa Viver Solidário GTQPIDD EPVA	Pelo menos 1 Ação/ano por freguesia para IPSS Pelo menos 1 Ação/ano para técnicos (área social e saúde)	CMG – DCDS GTQPIDD UCC Serra e Mar	2017 - 2020



Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
	<b>Ob Esp 6.</b> Assegurar o acesso a informação à população idosa (equipas/projetos /serviços/prestações sociais e outros apoios)	Linha Sénior de Grândola	Relatório anual de avaliação da Linha	CMG – DCDS	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 7.</b> Assegurar cuidados de saúde e apoio social aos idosos no âmbito da Unidade Móvel de Saúde e Apoio Social	Unidade Móvel de Saúde e Apoio Social	100% dos idosos sinalizados/ano (novas sinalizações) Manter os níveis de vigilância atingidos (idosos em acompanhamento)	CMG – DCDS UCC Serra e Mar	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 8.</b> Promover o acesso a Ajudas Técnicas aos idosos com doença crónica incapacitante e/ou dependência	Projeto Tampas e Caricas	Entrega anual de Ajudas Técnicas a pelo menos uma IPSS	CMG – DCDS	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 9.</b> Fomentar a capacitação de colaboradores/as das IPSS, através ações de informação/sensibilização	(In)formar para Ajudar	Realização de 2 ações de informação/sensibilização ano	IPSS UCC Serra e Mar	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 10.</b> Promover os Programas de Envelhecimento Ativo	Programa Viver Solidário Universidade Sénior Crescer em Saúde nos Centros de Dia	Realização de 2 ações anuais	CMG – DCDS IPSS UCC Serra e Mar	2017 - 2020

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
	<b>Ob Esp 11.</b> Aumentar a oferta de respostas sociais - estrutura residencial para idosos e centro comunitário		Criação de 3 equipamentos: - 1 Estrutura Residencial em Azinheira dos Barros - 1 Estrutura Residencial no Carvalhal - 1 Centro Comunitário na Aldeia do Pico	JF de Az. dos Barros Fundação Pe Américo CP de Az. dos Barros JF do Carvalhal Centro Social do Carvalhal CMG	2017 - 2020
<b>EI OG2.</b> Aumentar e qualificar as respostas à Pessoa com Deficiência	<b>Ob Esp 12.</b> Requalificar as infraestruturas existentes para aumento da capacidade das respostas sociais (CAO, Lar Residencial, Residências Autónomas)		Alargamento de 5 vagas em CAO no edifício sede Nº máximo de vagas criadas de acordo com a legislação em vigor (CAO, Lar Residencial, Residências Autónomas) no edifício da Av. Jorge Nunes	Cercigrândola CMG – DO CDSS Setúbal	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 13.</b> Assegurar a manutenção da Certificação de Qualidade dos serviços da Cercigrândola		Certificação de Qualidade anual	Cercigrândola CMG – DCDS CDSS Setúbal Centro Saúde AEG	2017 - 2020

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
	<b>Ob Esp 14.</b> Promover a acessibilidade a serviços/equipamentos públicos e em espaço urbano	RAMPA/Plano de Promoção da Acessibilidade do Município de Grândola	75% das ações previstas no PPAMG executadas	CMG	2017 - 2020
<b>EI OG3.</b> Promover a inclusão social das famílias	<b>Ob Esp 15.</b> Assegurar apoio alimentar a famílias carenciadas	Cantina Social Fundo Europeu de Ajuda a Carenciados	25 Beneficiários da cantina social/mês Todas as famílias abrangidas pelo FEAC/ano	Sta. Casa Misericórdia Grândola CDSS Setúbal AISGRA C. P. Az Barros C.P. Melides FHC Conferência Vicentina de Nª Sra. da Penha	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 16.</b> Promover a integração socioprofissional dos beneficiários RSI	RSI	10 % de beneficiários integrados/ano em formação e/ou emprego	NLI/Equipa de Protocolo RSI	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 17.</b> Promover o acesso a habitação a famílias carenciadas	Programa de Apoio ao Arrendamento Habitação Social no Carvalhal	10 Famílias apoiadas pela medida (média anual) 50 Famílias em habitação social no Carvalhal	CMG – DCDS Cooperativas de Habitação	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 18.</b> Divulgar as tarifas sociais de água e energia elétrica junto de famílias carenciadas	Tarifas sociais	2 Ações/ano	CMG – DCDS	2017 - 2020

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
	<b>Ob Esp 19.</b> Promover a qualificação da habitação municipal e dos espaços e equipamentos públicos no Bairro da Esperança	PEDU - Comunidades Desfavorecidas	Requalificação exterior do edificado Requalificação do espaço exterior e parque infantil	CMG - DO	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 20.</b> Promover o acesso a parcelas das hortas comunitárias	Hortas Comunitárias	Regulamento Hortas Comunitárias elaborado Parcelas atribuídas	CMG – SDET; DCDS	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 21.</b> Aumentar a literacia em Saúde junto de públicos específicos	Saúde Escolar Crescer em Saúde nos Centros de Dia Campanhas de sensibilização/Dias mundiais Projeto “Não à Diabetes”	60 Ações de prevenção/sensibilização/a no Pelo menos 6 temáticas diferentes	AEG CMG – DCDS IPSS UCC Serra e Mar	2017 - 2020
<b>EI OG4.</b> <b>Promover e reforçar respostas em Saúde Mental</b>	<b>Ob Esp 22.</b> Assegurar o acompanhamento dos utentes com alta hospitalar	Unidade Móvel de Saúde e Apoio Social	100% das altas hospitalares acompanhadas	CMG – DCDS UCC Serra e Mar	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 23.</b> Reforçar a intervenção da equipa da UMS junto dos utentes com doença mental	Unidade Móvel de Saúde e Apoio Social	100% dos utentes com necessidade de apoio psicológico, acompanhados Psicólogo S/N	CMG – DCDS UCC Serra e Mar	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 24.</b> Promover respostas integradas de cuidados de saúde e apoio social		Rede de parceiros criada e a funcionar	Parceiros do CLAS	2017 - 2020

**EIXO II ATIVIDADES ECONÓMICAS, FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE**

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
<b>EII OG1. Criar mecanismos de suporte às empresas</b>	<b>Ob Esp 1.</b> Conhecer o tecido empresarial do concelho		Atualização anual da base de dados das empresas do concelho	AAEL ACISTDS ADL CMG -SDET	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 2.</b> Divulgar as medidas de recuperação de empresas		1 Ação de divulgação/esclarecimento/ano	ADL ADRAL IAPMEI	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 3.</b> Desenvolver as competências de gestão dos empresários, numa perspetiva preventiva	SIREVE - Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial COMPETE	1 Ação de formação e formação-ação/ano	ADL	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 4.</b> Divulgar as medidas/apoios para a promoção do emprego		100 Ações/ano de Divulgação direta às empresas	AAEL ADL CMG - SDET IEFP/GIP	2017 - 2020
<b>EII OG2. Promover a qualificação de ativos</b>	<b>Ob Esp 5.</b> Promover o aumento das competências profissionais e escolares de ativos	EFA Formação Modular Certificada	100 Pessoas/ano inscritas em RVCC e/ou encaminhadas para EFA pelo CQ	ADL Centro Qualifica AEG Centro Qualifica IEFP	2017 - 2020

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
		Formação Vida Ativa RVCC	75 Pessoas /ano integradas em EFA pelo IEFP  80 Pessoas/ano em formação Vida Ativa pelo IEFP  25 Pessoas /ano inscritas em RVCC pelo IEFP  80 Pessoas /ano integradas em Formação Modular pelo IEFP	IEFP	
	<b>Ob Esp 6.</b> Promover as competências socioprofissionais e a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego (RSI, pessoas com deficiência, DLD...)	CEI CEI+ CEI+ reabilitação Estágio emprego e reabilitação Contrato de emprego apoiado	50 Pessoas/ano em CEI 35 Pessoas/ano em CEI + Integração de 2 pessoas/ano em CEI+ Reabilitação Integração de 2 pessoas/ano em estágio emprego reabilitação 1 Contrato emprego apoiado/ano	CMG - DRHAF  Entidades empregadoras com fins lucrativos  IEFP IPSS e Equiparadas Juntas de Freguesia	2017 - 2020
<b>EII OG3. Promover o Empreendedorismo</b>	<b>Ob Esp 7.</b> Divulgar Prémios e Medidas de Apoio ao Empreendedorismo	Prémio Jovem Empreendedor  Inovar e Empreender no Litoral Alentejano	Divulgação anual junto das associações de jovens/empresas	AAEL ADL ADRAL	2017 - 2020

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
		PAECPE		CMG - SDET IEFP	
	<b>Ob Esp 8.</b> Promover o apoio à Criação do próprio emprego	EPAT (equipa prestadora de apoio técnico à criação e consolidação de projetos)	Apoio a 9 projetos/ano	ADL ADRAL CMG – SDET IEFP	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 9.</b> Apoiar projetos de investimento	DLBC Alentejo Litoral	Apoio a 6 projetos de investimentos/ano	ADL	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 10.</b> Identificar e promover Circuitos Curtos Agroalimentares (comercialização)		CCA iniciativas existentes identificadas 1 Ação de sensibilização/ano sobre CCA	Aberta Nova Sociedade Agro-Florestal S. A. ADL Associação de Agricultores CMG - SDET EPDRG	2017 - 2020

**EIXO III EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL**

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
EIII OG1. Promover a prevenção das situações de risco e perigo	<b>Ob Esp 1.</b> Otimizar a intervenção das entidades de 1ª linha		2 Sessões conjuntas (início e final de ano letivo)	AEG CAFAP Cercigrândola EPDRG GNR IPSS UCC Serra e Mar	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 2.</b> Assegurar o reforço do Acordo de Cooperação com a Segurança Social para a valência de Intervenção Precoce		Reforço do acordo de cooperação para a IP	Cercigrândola CDSS Setúbal	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 3.</b> Promover a capacitação dos pais/encarregados de educação	Ações de Formação Parental - CAFAP	6 Ações/ano	AEG CAFAP Cercigrândola CMG – DCDS CPCJ EPDRG	2017 - 2020



Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
				IPSS UCC Serra e Mar	
	<b>Ob Esp 4.</b> Sensibilizar os jovens para a adoção de hábitos e comportamentos saudáveis	Saúde Escolar Desporto Escolar Escola Segura	10 Ações/ano de informação/sensibilização para jovens	AEG CAFAP CPCJ GNR-Escola Segura UCC Serra e Mar	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 5.</b> Promover a prevenção de situações de risco e perigo através da dinamização de iniciativas de base comunitária no Lousal e no Carvalhal		Dinamização de iniciativas, no Lousal e no Carvalhal	AEG Associações e Instituições Locais CAFAP CMG – DCDS CPCJ GNR Juntas de Freguesia UCC Serra e Mar	2017 - 2020

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
<b>EIII OG2.</b> <b>Promover o acesso a atividades ocupacionais nos períodos não letivos</b>	<b>Ob Esp 6.</b> Dinamizar projetos descentralizados de ocupação de tempos livres		1 Projeto de ocupação de tempos livres (férias escolares) por freguesia	Associações e IPSS Juntas de Freguesia	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 7.</b> Promover a ocupação de tempos livres, nas interrupções letivas, para as crianças da Unidade de Multideficiência		Integração das crianças da Unidade de Multideficiência	AEG Associações e IPSS Juntas de Freguesia Pais em Rede	2017 - 2020
<b>EIII OG3.</b> <b>Promover o combate ao insucesso e abandono escolar</b>	<b>Ob Esp 8.</b> Promover a redução do Insucesso e do Abandono Escolar	Projeto de Intervenção do AEG 2016-2020	Cumprimento das metas definidas no Projeto de Intervenção/ Planos Anuais do AEG para a redução do insucesso e do abandono escolar	AEG	2017 - 2020
	<b>Ob Esp 9.</b> Desenvolver atividades que concorram para a valorização da escola e do conhecimento	Projeto de Intervenção do AEG 2016-2020	Cumprimento das metas definidas no Projeto de Intervenção/ Planos Anuais do AEG	AEG	2017 - 2020

**EIXO IV CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE**

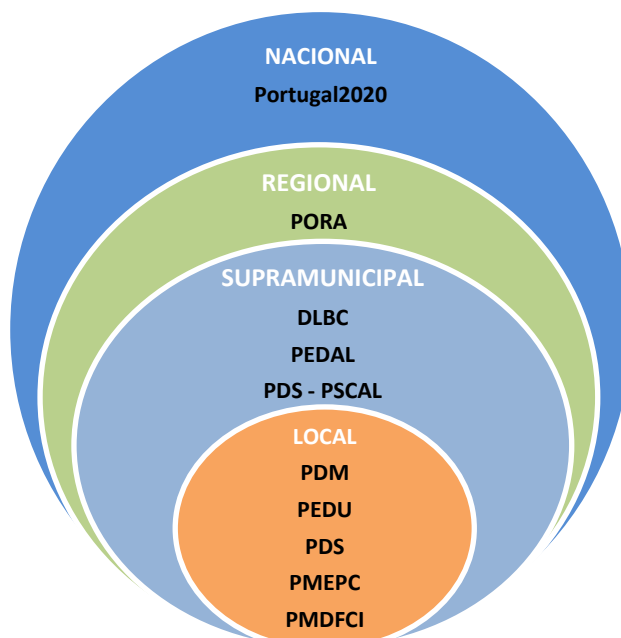
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Medidas	Metas	Responsáveis	Cronograma
<b>EIV OG1.</b> <b>Promover a cidadania e a participação cívica</b>	<b>Ob Esp 1.</b> Fomentar a reflexão sobre cidadania e participação cívica		1 Fórum/workshop/CLAS temático/ano	Centro de Informação Europe Direct Alentejo Central e Alentejo Litoral (ADRAL) CLAS	2017 -2020
	<b>Ob Esp 2.</b> Incrementar a criação da Associação de Estudantes	Projeto de Intervenção do AEG 2016-2020	Associação de Estudantes no AEG	AEG	2017 -2020
	<b>Ob Esp 3.</b> Promover projetos para desenvolvimento de competências sociais, pessoais e cívicas	Projeto de Intervenção do AEG 2016-2020	Aumentar em 10% a adesão de alunos/as a projetos, no quadriénio Dinamização de pelo menos 1 projeto de voluntariado/ano por alunos	AEG	2017 -2020
	<b>Ob Esp 4.</b> Divulgar a atividade do Movimento Associativo do concelho		Realização de uma ação/ano	Associações CMG – DCDS	2017 -2020

<p><b>EIV OG2.</b></p> <p><b>Promover a defesa dos direitos dos grupos mais vulneráveis</b></p>	<p><b>Ob Esp 5.</b> Contribuir para o combate à Violência Doméstica</p>	<p>Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género no Alentejo Litoral</p> <p>RIVDAL</p>	<p>Manutenção de resposta local até 2020</p>	<p>Parceiros dos Protocolos da Estratégia e da RIVDAL</p>	<p>2017 -2020</p>
	<p><b>Ob Esp 6.</b> Contribuir para a disseminação e aplicação de políticas para a Igualdade</p>		<p>Criação e implementação do Plano Intermunicipal para a Igualdade</p>	<p>Parceiros dos Protocolos da Estratégia e da RIVDAL</p>	<p>2017-2018</p>
	<p><b>Ob Esp 7.</b> Sensibilizar a população para temas relevantes no âmbito da Igualdade</p>	<p>Assinalar anualmente pelo menos 3 datas comemorativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza</li> <li>- Dia Municipal para a Igualdade</li> <li>- Dia Internacional da Pessoa com Deficiência</li> </ul>	<p>Cercigrândola</p> <p>CLA Uab</p> <p>CMG – DCDS</p> <p>EAPN</p> <p>RIVDAL</p>	<p>2017-2020</p>	

## Articulação do PDS com outros Instrumentos de Planeamento

Pensar em soluções para as mais variadas esferas da vida em sociedade ao nível concelhio implica, também, olhar para outras orientações estratégicas paralelas, quer alusivas ao próprio concelho, quer alusivas à região e ao país. É nessa linha de pensamento que o PDS deve também assegurar a articulação e coerência com outros planos locais, supramunicipais, regionais e nacionais. Procura-se, assim, desta forma promover a congregação de esforços, a rentabilização de recursos, a convergência de objetivos e a complementaridade ao nível dos impactos a produzir, entre os diferentes moldes e níveis de planeamento conducentes à promoção do desenvolvimento social local. Pretende-se, portanto, garantir uma relação com outros instrumentos de planeamento (programas/planos) em vigência, numa lógica de fomentar a necessária articulação de objetivos ou estratégias, bem como a eficácia e eficiência na resposta aos problemas, em especial os de dimensão mais global.

O PDS pressupõe então, enquanto instrumento de planeamento, o enquadramento das diversas iniciativas, medidas e políticas dos diferentes níveis de administração. Importa assim, identificar os diferentes documentos estratégicos de diferentes níveis, de referência para o contexto do território de Grândola.



Ao nível local, o Plano Diretor Municipal – PDM apresenta-se com maior centralidade em relação aos demais planos municipais, enquanto instrumento de referência e síntese estratégica do desenvolvimento e ordenamento local.

O PDS afigura-se aqui ao mesmo nível de outros planos municipais, económicos ou ambientais.

No plano imediatamente a seguir, surgem as estratégias supramunicipais, (PEDAL – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alentejo Litoral; DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitário Rural e Costeiro), regionais (PORA – Plano Operacional da Região Alentejo) e nacionais (Portugal 2020), que direta ou indiretamente afetam o contexto de intervenção da Rede Social.

De forma sintetizada, explanam-se os documentos estratégicos de diferentes níveis que, de forma mais ou menos direta, se relacionam com o PDS concelhio.

#### ▪ Portugal 2020

O Portugal 2020 adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal.

A estratégia Portugal 2020, alinhada com a estratégia europeia está focalizada nas três prioridades centrais de “crescimento inteligente”, “crescimento sustentável” e “crescimento inclusivo”<sup>3</sup>.

A programação e implementação do Portugal 2020 organizam-se em torno de quatro domínios temáticos específicos – Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano, Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – e duas dimensões de natureza transversal – Reforma da Administração Pública e Territorialização das Políticas.

Os quatro domínios temáticos configuram as dimensões essenciais de prioridade para a intervenção dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - onde se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover, no período 2014 a 2020.

---

<sup>3</sup> Anexo II - Quadro I

O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial.

Para cada domínio temático existe um programa operacional. Os domínios temáticos da Inclusão Social e Emprego e do Capital Humano serão fulcrais para a intervenção preceituada na Rede Social, em particular os objetivos temáticos 8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores; 9 - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação e 10 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida<sup>4</sup>.

As questões económicas ou ambientais têm, naturalmente, impacto sobre o desenvolvimento social, ainda que indireto, merecendo alguns conteúdos dos outros domínios temáticos a devida atenção. Refira-se, a título de exemplo, que será no objetivo temático 4 - Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores -, que será possível mobilizar financiamento para os planos de mobilidade, um problema de carácter transversal, reconhecido como prioritário pelos parceiros do CLAS.

Além dos programas operacionais temáticos, o Portugal 2020 inclui programas operacionais regionais. O Programa Operacional Regional do Alentejo (PORA) – Alentejo 2020 – mantém a lógica de intervenção traçada em volta de domínios temáticos, que convergem para os objetivos e metas do Portugal 2020 e da Europa 2020 (eixos prioritários e respetivos objetivos temáticos, apresentam-se de forma sistematizada)<sup>5</sup>.

Na promoção do desenvolvimento social são particularmente relevantes os eixos prioritários 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 5 - Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos e 6 - Coesão Social e Inclusão.

O Portugal 2020 ao privilegiar as NUTS III como escala de intervenção salienta a importância do modelo de governação das abordagens integradas de desenvolvimento territorial que contemplam os objetivos temáticos mais orientados para o desenvolvimento social. Nesse sentido, as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT), dinamizadas pelas respetivas Comunidades Intermunicipais (CIM), em articulação com as

---

<sup>4</sup> Anexo II - Quadro II

<sup>5</sup> Anexo III - Quadro III

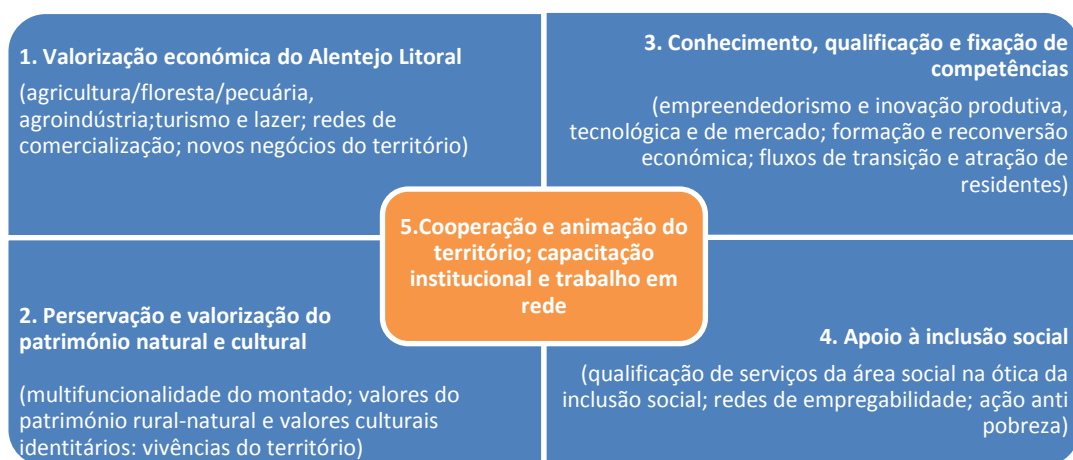
restantes entidades, servirão de referência para assegurar a coerência com outras intervenções de cariz sub-regional ou local. Entre essas intervenções encontram-se os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), concretizados através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial; o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), concretizado em Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS), concretizadas através dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

As intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), promovidas por organizações de desenvolvimento local que acolhem (e recriam) o património da abordagem LEADER nos territórios rurais. As DLBC poderão assumir a vertente urbana, rural e costeira.

A integração territorial de proximidade ao litoral, onde se situam importantes centros urbanos regionais (Sines, Santo André e Santiago do Cacém) e de nível superior (Alcácer do Sal, Grândola e Odemira) que acolhem funções terciárias de natureza económica e social e polarizam ofertas de emprego dinamizados pelo complexo económico (logístico e produtivo) de Sines, representa importantes oportunidades para os territórios rurais, sobretudo, se a dinâmica de iniciativas e de projetos tornar possível gerar vantagens mútuas de integração urbano-rural. Esta envolvente territorial e económica tenderá a ser impulsionada, a longo prazo, pelas dinâmicas produtivas do Complexo Agroflorestal regional, pelas perspetivas de diversificação competitiva do Porto de Sines e pela concretização gradual de intenções de investimento turístico (função residencial secundária, costeira e campestre). Trata-se de dinâmicas de investimento e de atividade que tenderão a impulsionar procuras dirigidas aos territórios-rurais desde as amenidades (paisagísticas e de lazer), até aos produtos e serviços locais que tradicionalmente se articulam com procuras urbanas (produtos primários do mar e da terra frescos, gastronomia e restauração, serviços e animação turística, de turismo ativo e de natureza, ...).



Matriz 1 - Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária para o Alentejo Litoral



Ainda no âmbito das estratégias supramunicipais, foi elaborado pela CIMAL em articulação com os agentes territoriais, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alentejo Litoral (PEDAL), com o objetivo principal de definir a estratégia de desenvolvimento do Alentejo Litoral (NUT III), estabelecendo as linhas de enquadramento para as abordagens integradas de desenvolvimento territorial a implementar no contexto da sub-região até 2020.

O PEDAL tem, na sua base, dois pilares essenciais - o primeiro, estabelecido a partir da procura externa (nacional e internacional), devendo contribuir para tal a construção e afirmação do produto turístico que afirmem o Litoral Alentejano como um polo turístico de referência à escala nacional, onde se destacam as lógicas associadas ao turismo sol/praias, turismo/sénior, turismo de natureza, turismo cultural, turismo residencial, turismo de negócios/náutico; a afirmação do polo económico de Sines que se afirma como uma centralidade do sistema urbano regional e nacional do ponto de vista da atividade portuária, industrial, logística e energética; e a valorização dos recursos endógenos, com elevado potencial de valorização ambiental, produtiva e de mercado a que corresponde a agricultura, a hortofloricultura, a floresta, a pecuária, a pesca e a aquicultura.

O segundo pilar fundamental, reporta-se ao reforço e melhoria da qualidade de vida da população residente e dos potenciais residentes, nomeadamente construindo e desenvolvendo laços entre os atores económicos e sociais, melhorando o acesso aos serviços, equipamentos e funções e reforçando as relações entre os centros urbanos sub-regionais e regionais.

A estratégia definida no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) está estruturada em quatro eixos, Eixo 1 - Construção e afirmação do Produto Turístico, Eixo 2 - Afirmação do pólo económico de Sines, Eixo 3 - Valorização dos recursos endógenos, Eixo 4 - Acessibilidade física, funcional e virtual.

O planeamento estratégico para o desenvolvimento e coesão territorial de Grândola pressupõe uma intervenção de governação multinível, pelo que, as prioridades de intervenção enquadram-se no âmbito de uma estratégia mais vasta de intervenção territorial – PDS da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral 2016 - 2020, estruturado em cinco eixos, Eixo 1 - Empreendedorismo e Empregabilidade, Eixo 2 - Saúde Mental, Eixo 3 - Envelhecimento, Eixo 4 - Cidadania, Participação, Igualdade e Inclusão, Eixo 5 - Organização e trabalho em rede<sup>6</sup>.

O presente PDS concorre, assim, de uma forma ativa para diminuir problemas e aumentar o potencial do concelho e contribuir para definir áreas de desenvolvimento a nível supraconcelhio, uma vez que o modelo de desenvolvimento do PDS de Grândola expressa, numa linha de continuidade, o trabalho colaborativo realizado na Plataforma Supraconcelhia. Assim, o PDS concelhio, instrumento de planeamento ao nível local, está articulado com o PDS Supra Concelhio, numa lógica de intervenção que tem como finalidade refletir e traçar as grandes prioridades para o desenvolvimento social do Alentejo Litoral.

O quadro seguinte sistematiza o referencial estratégico, cruzando os eixos prioritários de intervenção enunciados para Grândola com os Objetivos Temáticos do Portugal 2020 e os Eixos Prioritários dos diversos Programas e Planos regionais e sub-regionais.

A Rede Social constitui, assim, uma estrutura privilegiada de operacionalização e de territorialização da Estratégia Europa 2020, pela articulação das prioridades nacionais, regionais, sub-regionais e as prioridades definidas no âmbito local, que deverão aproveitar o conjunto alargado de oportunidades criadas pelo Portugal 2020, assumindo o PDS 2017-2020 uma lógica de operacionalização desta mesma estratégia ao nível concelhio.

---

<sup>6</sup> Anexo III - Quadro VI

Quadro 1 - Estratégias Nacionais, Regionais e Sub-regionais para os Eixos de Intervenção do Plano de Desenvolvimento Social 2017-2020

	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Eixo IV
<b>Portugal 2020</b>				
OT8 - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores				
OT9 - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação				
OT10 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida				
<b>Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)<sup>7</sup></b>				
Eixo 1 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego				
Eixo 2 – Iniciativa Emprego Jovem				
Eixo 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação				
<b>Programa Operacional Capital Humano (POCH)<sup>8</sup></b>				
Eixo 1 - Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade				
Eixo 3 - Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade				
<b>Programa Operacional Regional do Alentejo (PORA) - Alentejo 2020</b>				
Eixo 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano				
Eixo 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável				
Eixo 5 - Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos				
Eixo 6 - Coesão Social e Inclusão				
<b>Plano Estratégico de Desenvolvimento do Alentejo Litoral (PEDAL)</b>				
Eixo 1 - Construção e afirmação do Produto Turístico				
Eixo 2 - Afirmação do pólo económico de Sines				
Eixo 3 - Valorização dos recursos endógenos				
Eixo 4 - Acessibilidade física, funcional e virtual				
<b>Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)</b>				
Eixo 1 - Valorização económica do Alentejo Litoral				
Eixo 2 - Preservação e valorização do património natural e cultural				
Eixo 3 - Conhecimento, qualificação e fixação de competências				
Eixo 4 - Apoio à inclusão social				
Eixo 5 - Cooperação e animação do território; capacitação institucional e trabalho em rede				
<b>Plano de Desenvolvimento Social PSCAL 2016 -2020</b>				
Eixo 1 - Empreendedorismo e Empregabilidade				
Eixo 2 - Saúde Mental				
Eixo 3 - Envelhecimento				
Eixo 4 - Cidadania, Participação, Igualdade e Inclusão				
Eixo 5 - Organização e trabalho em rede				

<sup>7</sup> Anexo III - Quadro IV

<sup>8</sup> Anexo III - Quadro V

## Monitorização e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Social

Em todos os processos de planeamento a avaliação é entendida como componente intrínseca, afigurando-se como um instrumento fundamental na orientação de uma intervenção social com maior eficácia, eficiência e equidade, na medida que permite identificar elementos fundamentais para eventuais reestruturações ou complementaridades de ações do PDS e respetivos Planos de Ação. Constitui-se, nesse sentido, como um momento fulcral para o sucesso de um trabalho de planeamento, considerando que, independentemente dos resultados das ações a implementar, só com uma monitorização e avaliação eficazes se consegue melhorar e/ou corrigir os aspetos menos positivos da sua execução.

Assim, para a avaliação do PDS 2017-2020 recorrer-se-á a uma combinação estratégica que congrega a *avaliação on-going* e a *avaliação ex-post*. Em termos práticos a avaliação do PDS passará pelo acompanhamento anual traduzido na monitorização/avaliação dos Planos de Ação, permitindo avaliar a forma de concretização, bem como o afinamento ou correção do mesmo, no sentido da concretização plena dos objetivos propostos. Posteriormente, terminado o período de vigência do PDS 2017-2020 e a fim de medir os resultados alcançados, será realizada a avaliação final (*ex-post*) constituindo o referencial relativo à mudança alcançada, à eficácia das intervenções e impactos alcançados.

O processo de avaliação será coordenado pelo Núcleo Executivo (NE), apresentando-se em cada ano em sede de CLAS, um relatório semestral de progresso e um relatório final de avaliação dos resultados.

Em ambos os momentos de avaliação e considerando que a construção dos documentos operacionais da Rede Social assenta num modelo participativo, é expectável que a avaliação seja orientada com os mesmos pressupostos, sendo as entidades parceiras chamadas a participar ativamente nesse processo, com base numa estrutura de distribuição de responsabilidades partilhada entre parceiros, permitindo tomar consciência das potencialidades e constrangimentos inerentes à concretização de cada uma das ações, que concorrem para cada um dos objetivos.

Nos documentos produzidos, os indicadores de avaliação estão, desde logo, equacionados relativamente a cada objetivo específico estabelecido e a cada ação proposta. Já os critérios de avaliação a adotar e a definição das formas de verificação serão estabelecidos no âmbito do modelo de avaliação a criar.

## **Considerações Finais**

O Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Grândola, para o período entre 2017 e 2020, procura sobretudo evidenciar opções estratégicas disponíveis para a intervenção, visando criar coerência e consequência na ação.

Pretende-se, portanto, que seja uma abordagem pró-ativa da realidade social do concelho e que, a partir de hipóteses e de modelos de ação inerentes às dinâmicas locais instaladas, se contribua para uma perspetiva de mudança e transformação da realidade social. A intervenção deverá continuar a ser, nesse sentido, consolidada pelas práticas colaborativas, de cooperação e parcerias, sendo aliás estas condição preponderante para o seu sucesso.

Espera-se que o presente PDS contribua para a consolidação de uma prática de planeamento estratégico local, firmando intervenções locais, mediante uma perspetiva integrada de desenvolvimento social local.

Neste documento encontram-se definidas as principais linhas orientadoras da ação da Rede Social Grândola para o período 2017-2020, que se colocam à apreciação do CLAS de Grândola, salvaguardando-se, contudo, a possibilidade de alterações emergentes da conjuntura atual.

## **ANEXOS**

## Anexo I

Tabela 1 - Grupos de Trabalho, Principais Problemas e Recursos Existentes

Principais Problemas	Recursos existentes para fazer face aos problemas (entidades/serviços/programas/projetos)
Problema 1	
Problema 2	
.....	

Tabela 2 - Grelha de Prioridades

Fragilidades/Problemas	Dificuldade de Resolução (de 1 a 5, sendo 5 o mais difícil)	Gravidade (de 1 a 5, sendo 5 o mais grave)
Problema 1		
Problema 2		
.....		

Anexo II

Quadro I - Metas de Portugal no âmbito da Estratégia 2020/situação em 2013

Prioridades	Objetivos	Indicadores	Meta 2020	Estado em 2013
Crescimento Inteligente	<b>Reforço da I&amp;D e da Inovação</b>	Investimento em ID em % do PIB	Entre 2,7% e 3,3%	1,5%
	<b>Mais e Melhor Educação</b>	Taxa de abandono escolar precoce e formação na população entre os 18 - 24 anos	10,0%	19,2%
		% de diplomados entre os 30 - 34 anos que tenham completado o ensino superior ou equivalente	40,0%	29,2%
Crescimento Sustentável	<b>Clima e Energia</b>	Emissões de gases de efeito de estufa (variação face a 2005 em emissões não CELE)	+1€	-12,0€
		% Energias renováveis no consumo de energia final	31,0%	24,6%
		Eficiência energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005)	20,0%	24,6%
Crescimento Inclusivo	<b>Aumentar o emprego</b>	Taxa de emprego (população 20 - 64 anos)	75,0%	65,6%
	<b>Combate à pobreza e às desigualdades sociais</b>	Pessoas em risco de pobreza/exclusão social (variação face a 2008)	- 200 mil	- 92 mil

Fonte - Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020



Quadro II - Matriz de estruturação temática do Portugal 2020

Domínios Temáticos	Objetivos Temáticos Centrais
Competitividade e Internacionalização	<p>1. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação</p> <p>2. Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade</p> <p>3. Reforço da competitividade das PME</p> <p>7. Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes</p> <p>11. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública</p>
Inclusão Social e Emprego	<p>8. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores</p> <p>9. Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação</p>
Capital Humano	<p>10. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida</p>
Sustentabilidade e eficiência no Uso dos Recursos	<p>4. Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores</p> <p>5. Promoção da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão dos riscos</p> <p>6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos</p>

Fonte - Portugal 2020 - Acordo de Parceria 2014-2020

## Anexo III

Quadro III - Eixos Prioritários e Objetivos Temáticos do Plano Operacional Regional do Alentejo (PORA) – Alentejo 2020

Eixos Prioritários	Objetivos Temáticos
1. Competitividade e Internacionalização das PME	3. Reforço da competitividade das PME
2. Ensino e Qualificação do Capital Humano	10. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
3. Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	1. Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação
4. Desenvolvimento Urbano Sustentável	4. Apoio à transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os setores; 6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos; 9. Promoção da inclusão social e combate à pobreza e exclusão social
5. Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos	8. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores
6. Coesão Social e Inclusão	9. Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação
7. Eficiência Energética e Mobilidade	4. Apoio à transição para uma economia com baixo teor de carbono em todos os setores
8. Ambiente e Sustentabilidade	6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos
9. Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	2. Melhoria do acesso às TIC, bem como à sua utilização e a sua qualidade; 11. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública

Fonte - PORA

Quadro IV - Eixos Prioritários do Programa Operacional da Inclusão social e do Emprego (POISE)

Eixos Prioritários	Prioridades de Investimento
<p>1. Promover a Sustentabilidade e a Qualidade do Emprego</p>	<p><b>8.1.</b> Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;</p> <p><b>8.4.</b> Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual;</p> <p><b>8.5.</b> Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;</p> <p><b>8.6.</b> Envelhecimento ativo e saudável;</p> <p><b>8.7.</b> Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes;</p>
<p>2. Iniciativa Emprego Jovem</p>	<p><b>8.2.</b> Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem;</p>
<p>3. Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação</p>	<p><b>9.1.</b> Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;</p> <p><b>9.3.</b> Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades;</p> <p><b>9.4.</b> Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;</p> <p><b>9.5.</b> Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego.</p>

Fonte- POISE

Quadro V - Eixos Prioritários do Programa Operacional Capital Humano (POCH)

Eixos Prioritários	Prioridades de Investimento
<p>1. Promoção do Sucesso Educativo, do Combate ao Abandono Escolar e Reforço da Qualificação dos Jovens para a Empregabilidade</p>	<p><b>10.1.</b> Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação;</p> <p><b>10.4.</b> Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem</p>
<p>2. Reforço do Ensino Superior e da Formação Avançada</p>	<p><b>10.2.</b> Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas</p>
<p>3. Aprendizagem, Qualificação ao Longo da Vida e Reforço da Empregabilidade</p>	<p><b>10.3.</b> Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas</p>
<p>4. Qualidade e Inovação do Sistema de Educação e Formação</p>	<p>Conjunto da prioridades de investimento 10.1,10.2,10.3, e 10.4</p>

Fonte - POCH

Quadro VI - Plataforma Supraconcelhia Alentejo Litoral - PDS 2016-2020

Eixo 1 - Empreendedorismo e Empregabilidade	
Objetivo Estratégico	Objetivo Específico
OE 1. Promover a criação de medidas supra concelhias para o reforço da empregabilidade	Oe1. Promover a constituição de uma rede de empregabilidade de âmbito supramunicipal
	Oe2. Promover a reflexão sobre as práticas e metodologias desenvolvidas pelos CLAS na área do emprego.
	Oe3. Promover o envolvimento do tecido empresarial na dinâmica supra concelhia
	Oe4. Identificar e/ou promover a realização de estudos prospetivos sobre o emprego no Alentejo Litoral
	Oe5. Disseminar e promover Circuitos Curtos de Comercialização de Produtos
OE2. Promover a concertação e adequação da oferta formativa no Alentejo Litoral	Oe1. Identificar necessidades de formação no AL
	Oe2. Desenvolver um Plano Integrado de Formação no AL
OE3. Promover o Empreendedorismo	Oe1. Promover o Empreendedorismo Jovem
	Oe2. Promover o Empreendedorismo Social
Eixo 2 - Saúde Mental	
Objetivo Estratégico	Objetivo Específico
OE1. Promover a criação de dinâmicas supraconcelhias para a concertação de respostas no âmbito da saúde mental	Oe1. Conhecer as respostas no território no âmbito da saúde mental
	Oe2. Promover o desenvolvimento de um plano de formação para profissionais e cuidadores
	Oe3. Promover a reflexão sobre as práticas e metodologias desenvolvidas na área da saúde mental
	Oe4. Fomentar a criação de respostas integradas de cuidados de saúde e apoio social em saúde mental
	Oe5. Promover a articulação do Plano de Desenvolvimento Social, ao nível da saúde mental, com o Plano Local de Saúde
Eixo 3 - Envelhecimento	
Objetivo Estratégico	Objetivo Específico
OE1. Desenvolver estratégias para a qualificação de respostas sociais	Oe1. Sensibilizar para a necessidade de certificação das respostas na área da população idosa
	Oe2. Identificar/ mapear necessidades formativas com vista à promoção da capacitação de cuidadores
Eixo 4 - Cidadania, Participação, Igualdade e Inclusão	
Objetivo Estratégico	Objetivo Específico
OE1. Fomentar a implementação e consolidação de estratégias de promoção de igualdade de oportunidades e de estratégias de combate à pobreza	Oe1. Promover a igualdade de género através da consolidação/reforço das estratégias locais concertadas, estruturadas e em rede
	Oe2. Conhecer e divulgar as prioridades e medidas das Estratégias e Programas Nacionais (ex. Comunidade Cigana, Refugiados, Migrantes, Habitação)

	<p><b>Oe3.</b> Promover a reflexão/discussão sobre as questões da mobilidade e acessibilidade como motor de inclusão</p> <p><b>Oe4.</b> Divulgar e refletir sobre políticas, programas e projetos no domínio da participação cidadã (ex. orçamento participativo)</p> <p><b>Oe5.</b> Disseminar e promover a reflexão sobre práticas de combate à pobreza e exclusão social</p>
<b>Eixo 5 - Organização e trabalho em rede</b>	
Objetivo Estratégico	Objetivo Específico
<b>OE1. Melhorar o modelo de governação interna da PSCAL</b>	<b>Oe1.</b> Rever o Regulamento Interno da PSCAL e submeter à votação
	<b>Oe2.</b> Definir o Plano de comunicação (interna e externa) da PSCAL
	<b>Oe3.</b> Acompanhar a atualização dos instrumentos de planeamento dos diversos Órgãos da Rede Social
	<b>Oe4.</b> Definir um plano metodológico de avaliação e monitorização
	<b>Oe5.</b> Promover a articulação com Parceiros-Chave na definição de Planos Estratégicos comuns para o território
<b>OE2. Aumentar o conhecimento das Entidades Parceiras sobre o território em áreas relacionadas com a atuação da PSC e da Rede Social</b>	<b>Oe1.</b> Diagnosticar as necessidades formativas dos Parceiros no âmbito da PSCAL
	<b>Oe2.</b> Capacitar os Parceiros em áreas temáticas específicas e relevantes para a dinâmica da PSCAL
	<b>Oe3.</b> Promover encontros temáticos / reuniões para reflexão de temas específicos
	<b>Oe4.</b> Definição e disponibilização de indicadores / índices de coesão e/ou desenvolvimento
<b>OE3. Consertar e convergir a intervenção, no âmbito do Portugal 2020</b>	<b>Oe1.</b> Acompanhar, divulgar e planear a intervenção no território no âmbito de candidaturas, projetos e planos estratégicos do PT2020

Fonte - PSCAL